



Folha Online

Novo modelo do setor elétrico desagrada empresas de energia

As modificações feitas nas MPs (medidas provisórias) que criam o novo modelo do setor elétrico brasileiro não foram suficientes para satisfazer as empresas, que apresentaram uma série de propostas de alterações no texto original votado hoje no Senado.

O presidente da CBIEE (Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica), Claudio Sales, afirma que "houve avanços", mas que as alterações ainda não são suficientes para satisfazer as expectativas dos investidores.

"Houve avanços sim, mas ainda não estamos satisfeitos", disse Sales em entrevista ao FolhaNews. Segundo ele, a antecipação da data para determinar que energia será classificada como velha ou nova "atenuou mas não resolveu" o problema.

O projeto passou a prever que será considerado como "energia nova" aquela produzida por investimentos feitos a partir de 2000, e não de 2002 como estabelecia o projeto original. As empresas queriam que essa data fosse 1998, ano da privatização do setor.

Esse era um dos pontos mais polêmicos da MP que cria o novo modelo. As empresas que já atuam no Brasil reclamavam do tratamento diferenciado dado a um "mesmo produto" e afirmavam que haveria um prejuízo na competitividade dos leilões de energia.

As empresas reivindicam o direito de vender energia também nos leilões de energia nova e não apenas naquele destinado a energia velha e que, na avaliação de analistas, terá preços mais baixos. Apesar de agradar ao setor, a modificação na MP 144 obrigará o governo a voltar a trabalhar pela sua aprovação na Câmara.

Sales disse ainda que as distribuidoras de energia serão muito prejudicadas pelo ponto da MP que trata do direito de repasse de preços da energia comprada nos leilões.

Segundo ele, o novo modelo deixa em aberto o item que irá regulamentar o percentual de repasse.

"As empresas reivindicam o direito de transferir 100% do valor pago nos leilões e esse pedido não foi atendido", disse Sales.

Votação simbólica

O Senado aprovou hoje, em votação simbólica, a MP que cria o novo modelo do setor elétrico e incluíram modificações resultantes de um acordo entre os líderes partidários e a ministra Dilma Rousseff (Minas e Energia).

Agora, os artigos que foram alterados serão analisados em votações separadas. A votação da MP 145, a que cria a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) será na próxima terça-feira, dia 9, após a apreciação dos destaques apresentados à medida 144 (que cria as novas regras para o setor).